



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08092577220198152001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUIZ EDUARDO BATISTA SEBASTIAO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

O laudo pericial informa que, o periciando se enquadra na “Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos”, com percentual de **50% ou menos**.

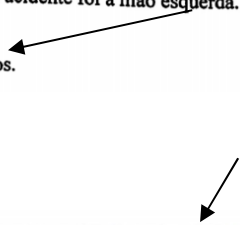
6. Conclusão

Pode-se dizer que há relação de causa e efeito.

O segmento anatômico corporal envolvido no acidente foi a mão esquerda.

A perda foi parcial e incompleta.

A perda foi de natureza média - 50% ou menos.



4. Houve pequena limitação de movimentos que interfere em até 50% na função da mão esquerda.

Com isso, não foi possível concluir qual graduação correta a ser aplicada, haja vista que, pela leitura realizada **pode ser aplicada graduação abaixo de 50%** .

Por todo o exposto, vem a ré impugnar o laudo produzido, requerendo que os autos retornem ao perito, a fim de que o mesmo esclareça as questões suscitadas na presente peça referente a correta graduação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 15 de abril de 2020.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB